Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Fornos de Algodres, 15/06/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Cecília dos Santos Peixoto.* — O Oficial de Justiça, *Avelino Santos*.

303392397

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNDÃO

Anúncio n.º 6374/2010

Deliberação de Aprovação de Plano de Insolvência e Encerramento de Actividade nos autos de Insolvência n.º 576/09.7TBFND acima identificados em que são:

No Tribunal Judicial do Fundão, 1.º Juízo de Fundão, correm termos os autos de insolvência em que:

Beiraparque — Comércio e Industria de Construção Civil e Agricultura, L.da, NIF — 503247707, Endereço: Cruzamento de Alcaria, 6230-024 Alcaria.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

António Ramos Correia, Endereço: Rua Mateus Fernandes, 135 — 1.º B, Apartado 521, 6201-907 Covilhã.

Ficam notificado todos os interessados, que na Assembleia de Credores, realizada no dia 30-11-2009, a vontade de todos os credores foi unânime no sentido do parecer do Sr. Administrador da Insolvência, pelo que na mesma data, foi proferida decisão homologatória do parecer, aprovado em assembleia de credores, no sentido do fim da actividade, encerramento da empresa e venda dos bens desta.

Fundão, 2009-12-11. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Alexandra da Graça Roboredo.* — O Oficial de Justiça, *Tito Lívio.*

302680171

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 6375/2010

Processo: 1071/09.0TBFAF
Insolvência pessoa singular (Requerida)

Requerente: Maria Isabel Coelho Henriques Antunes e outro.
Insolvente: Armando de Freitas

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Guimarães, 1.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 31-05-2010, às 12:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Armando de Freitas, B. I. n.º 3436100, NIF — 167775294, Endereço: Rua 25 de Abril, N.º 122, S. Torcato, 4800-000 Guimarães, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. António Filipe Mendes e Murta, Endereço: Rua de S. Tiago, 879, 2.º Esq., Candoso (Santiago), 4835-247 Guimarães

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (º n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 01-06-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Idalina Ribeiro.* — O Oficial de Justiça, *Fernanda Guimarães*.

303336133

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 6376/2010

Processo n.º 499/09.0TBGMR
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Requerido: Confecções Bruno Estêvão Faria de Azevedo Unipessoal, L.da
Insolvente: Confecções Bruno Estêvão Faria de Azevedo Unipessoal, L.da

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Guimarães, 4.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 16-02-2009, pelas 20:47 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Confecções Bruno Estêvão Faria de Azevedo Unipessoal, L.da, NIF 505972891, Endereço: Rua da Bela Vista, Lote 22, Candoso S. Tiago, 4810-304 Guimarães; com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Bruno Estêvão Faria Azevedo, Endereço: Travessa do Passo, n.º 176, 1.º Esq./frente, Creixomil, 4800-000 Guimarães; a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. António Teixeira Gonçalves, Endereço: Praça da Alegria, n.º 38, 1.º, 4050-1028 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36 do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;